

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. CONSIDERAÇÕES GERAIS ACERCA DO TRIBUNAL DO JÚRI.....	15
2.1 Conceitos relacionados ao Tribunal do Júri	17
2.2 Um panorama histórico a respeito do Tribunal do Júri	20
2.3 Princípios do Tribunal do Júri e garantias fundamentais do acusado	28
2.4 Análise da relação entre Tribunal do Júri e sociedade e suas aproximações: considerações acerca do julgamento por leigos.....	37
2.5 Considerações a respeito da paridade de armas no Tribunal do Júri.....	46
2.6 Possíveis contraposições entre as normativas internas e a previsão internacional	52
3. ESTUDO DAS PROVAS ILÍCITAS E SUA ADMISSIBILIDADE NO PROCESSO PENAL	57
3.1 Panorama geral a respeito da prova no processo penal.....	58
3.2 Os sistemas processuais penais e sua relação com a prova	61
3.3 Panorama histórico das provas ilícitas no processo penal	65
3.4 Considerações gerais acerca das provas ilícitas no processo penal.....	69
3.5 Considerações acerca da verdade no processo penal.....	73
3.6 Das possíveis exceções à vedação à utilização de provas ilícitas no processo penal.....	76
3.7 Provas ilícitas e o entendimento jurisprudencial	79
3.8 Provas ilícitas no contexto internacional.....	84
4 ANÁLISE DA ADMISSIBILIDADE (OU NÃO) DA MENÇÃO A PROVAS ILÍCITAS EM PLENÁRIO NO TRIBUNAL DO JÚRI.....	91
4.1 Plenitude de defesa e inadmissibilidade das provas ilícitas no contexto do Tribunal do Júri.....	92
4.2 Inadmissibilidade das provas ilícitas e acusação no Tribunal do Júri em associação ao princípio <i>in dubio pro societate</i>	97
4.3 Artigo 478, do Código de Processo Penal e ponderações a respeito da taxatividade do rol ali previsto.....	102
4.4 A menção a provas ilícitas em peças processuais em associação à análise do Recurso Ordinário em Habeas Corpus nº 137.368.....	106
CONCLUSÃO.....	115
BIBLIOGRAFIA	119